



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## RELATÓRIO

### REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PARANÃ

Em função dos estudos que a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) vêm realizando para a criação de Unidades de Conservação (UC), técnicos desta Secretaria foram até o município de Paranã com o intuito de informar a comunidade sobre o resultado dos estudos feitos na região do chamado Interflúvio Tocantins-Paraná, que trata-se de área prioritária para a conservação de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins e estudos do Ministério do Meio Ambiente. A equipe técnica havia agendado previamente a realização de três reuniões, sendo uma na sede do município, outra na sede do distrito de Campo Alegre e uma terceira no povoado do Mocambo, visando abranger o maior número possível de moradores, tratando este como o momento oportuno de preparação para a consulta pública, que será posteriormente agendada como etapa do processo de criação da UC.

A reunião na sede do município aconteceu no dia 19 de junho de 2013, na Escola Estadual Euclides Bezerra Gerais. Membros da estrutura de governo do município, antecipadamente convidados para a reunião, subitamente declararam que não iriam participar. A equipe técnica era formada pelo Diretor de Políticas e Instrumento de Gestão Ambiental, Rubens Brito, pela Assessora executiva, Ediclea Lopes e a Bióloga Bruna de Almeida, que realizaram a reunião com a participação de somente oito pessoas.

A reunião marcada para o dia 20 de junho de 2013, na Escola Estadual Floresta, no distrito de Campo Alegre, não aconteceu devido à resistência por parte de alguns membros da comunidade, que declararam não reconhecer a legitimidade da reunião e não permitiram que os outros moradores locais presentes ouvissem e se informassem sobre o andamento dos estudos e a proposta que a SEMADES apresentaria acerca da criação da UC na região. A equipe técnica era formada por Bruna de Almeida e Ediclea Lopes e o motorista Ronan Amaral de Oliveira. No momento em que a técnica Bruna iniciou a apresentação da equipe, um grupo composto inclusive pela representante da Prefeitura no distrito, interferiu e informou que não iriam permitir a realização da reunião, alegando que somente parte da

comunidade estava presente e solicitou o agendamento de uma nova reunião com a participação dos diretores das instituições envolvidas, com um membro do Ministério Público, um representante da prefeitura e outras autoridades. A equipe da SEMADES esclareceu que enviou convite para todos os representantes locais e que, portanto, a reunião iria ocorrer para aqueles que estivessem dispostos a ouvir. Diante da situação, os manifestantes se exaltaram e disseram que se a equipe técnica insistisse em realizar a reunião estes não se responsabilizariam pela integridade física da mesma e ameaçaram atear fogo no veículo da SEMADES e quebrar os equipamentos. Alguns moradores estavam dispostos a ouvir e discutir de forma pacífica, mas foram impedidos pelo grupo. Diante da impossibilidade de prosseguir o trabalho, a equipe da SEMADES informou não ser possível realizar a reunião. Em seguida, o grupo que estava disposto a ouvir solicitou ver o mapa da área proposta. Estes se reuniram e acordaram elaborar uma proposta que foi entregue aos técnicos. Em seguida foi lavrada uma ata e assinada por alguns membros da comunidade que não aprovaram a atitude do grupo que não permitiu a realização da reunião. A equipe da SEMADES também registrou um boletim de ocorrência junto à Delegacia de Polícia local, em função das ameaças sofridas pelas técnicas por parte do grupo resistente.

A reunião no povoado do Mocambo aconteceu no dia 21 de junho de 2013, na sede da escola Estadual Floresta II e contou com a participação de membros da comunidade residente no Povoado e arredores. As técnicas Bruna de Almeida e Ediclea Lopes coordenaram a reunião. A comunidade elaborou uma proposta de alteração da área do Parque apresentada e entregou à equipe da SEMADES. Logo após a conclusão dos trabalhos a equipe técnica e a comunidade foram para um almoço na sede da igreja Assembléia de Deus naquele povoado.



## AJUDA MEMÓRIA

### REUNIÃO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE PARANÃ

**Data:** 19 de junho de 2013.

**Horário:** 09h

**Local:** Escola Estadual Euclides Bezerra Gerais – Paranã, TO.

**Pauta:** Proposta de Criação de Unidade de Conservação.

O Diretor de Políticas e Instrumentos de Gestão Ambiental da SEMADES, o Sr. Rubens Pereira Brito, fez a abertura da reunião às 9h15min, dando boas vindas aos presentes e informando sobre a finalidade da reunião que seria informar aos interessados e envolvidos acerca das etapas do processo de criação de Unidades de Conservação e a proposta em estudo para o município de Paranã. Em seguida deu início a apresentação preparada em slides.

No primeiro slide apresentou um mapa sobre as áreas prioritárias para conservação definidas pelo Ministério do Meio Ambiente e informou que, baseado nesses estudos o Estado fez estudos mais pontuais, inclusive o zoneamento ecológico-econômico nas áreas apontadas e que posteriormente foi levado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), que aprovou áreas como prioritárias para conservação, sendo as mesmas: Interflúvio Tocantins-Paraná, Serra da Cangalha e Vale do Rio Palmeiras.

O Sr. Sérgio Fonseca (Paringa Resouce) solicitou a palavra e informou que gostaria que fosse realizada uma nova reunião com as empresas mineradoras, em virtude da pouca representatividade na reunião ocorrida em Palmas em 30 de abril de 2013. Solicitou ainda que fosse utilizado o cadastro de endereço do Departamento Nacional de Pesquisa Minerária (DNPM) para enviar correspondências, pois são nestes endereços que são enviadas as multas e que é garantido que todos tomarão conhecimento.

O Sr. Rubens ressaltou que a equipe da SEMADES está à disposição dos representantes de todos os seguimentos para quaisquer informações adicionais e, disse ainda que todos poderão solicitar reunião de esclarecimento quando acharem necessário. Ressaltou também que sabe do potencial minerário da região e perguntou quais as vantagens que o município vai obter com a mineração. Acrescentou que não está claro qual é a estratégia da mineração e que este é o momento para o debate e apresentação de propostas.

O Sr. Hermínio Nunes Bernardes, ex-prefeito de Paranã, disse que o representante do DNPM apontou a potencialidade dessa região para o minério. Solicitou que se insira o DNPM no processo e não somente os mineradores. Ressaltou que o Congresso Nacional aprovou a PEC que transfere para as assembleias legislativas

os assuntos referentes à emancipação de novos municípios e que Campo Alegre será emancipado e o Parque proposto abrangerá os dois municípios, ou seja, Paranã e Campo Alegre. Disse ainda que se o distrito de Campo Alegre for emancipado o Parque inviabilizará a mineração e que isso vai acabar com o município porque a agropecuária está em decadência. O Sr. Sérgio (Paringa Resouce) disse que foi ele o responsável por abrir as estradas que ligam Paranã ao município de Minaçu, no Estado de Goiás, com recursos próprios.

Rubens (SEMADES) sugeriu finalizar a apresentação e depois abrir para as discussões. Em seguida apresentou as leis que dispõem sobre as Unidades de Conservação, suas categorias e zona de amortecimento, com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei 9.985 de 18 de julho de 2000) e no Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC – Lei 1.560 de 05 de abril de 2005). Pontuou sobre a definição de UC e quais as categorias de cada grupo, as de proteção integral e as de uso sustentável e em seguida apresentou a área proposta para o Parque Estadual Águas de Paranã, com área de 111.261,4 hectares, o que corresponde a aproximadamente 9% da área total do município.

Sérgio (Paringa Resouce) disse que a zona de amortecimento deverá ser maior que o próprio parque. Rubens (SEMADES) argumentou que a zona de amortecimento existe para criar uma condição de uso sustentável para proteger o parque de possíveis impactos. Em seguida apresentou a importância do interflúvio Tocantins – Paranã para a conservação, com base nos seguintes critérios:

- ✓ Importância ecológica do sistema hídrico, composto pelo divisor de águas das microbacias dos rios Paranã e Tocantins e a única ocorrência de Cerrado Rupestre (acima de 1.000m de altitude) no Estado;
- ✓ Alto grau de ameaça pela exploração e extinção do último remanescente de Mata Seca (floresta semidecídua e decídua) no Tocantins (perda de serviços ambientais, como exemplo, a alteração do regime pluviométrico, numa região anualmente atingida por secas intensas);
- ✓ Incremento da economia local por meio da arrecadação do ICMS Ecológico e do desenvolvimento turístico.
- ✓ Oportunidade para proteção do sistema hídrico (rio Paranã e seus afluentes) e a manutenção do potencial de abastecimento do município (Rio Palma).
- ✓ Presença de espécies que já foram consideradas como restritas à Caatinga, uma vez que a presença desses elementos torna o Cerrado da região bastante particular em relação a outras áreas do Tocantins onde estas espécies estão ausentes;
- ✓ O sistema do rio Paranã tido como um dos principais habitats para aves aquáticas no norte de Goiás e sul do Tocantins;

O Sr. Sérgio (Paringa Resouce) disse que o DNPM travou a mineração, pois está aguardando o marco regulatório para o setor. Disse que o potencial está lá, mas o governo está travando.

O Sr. Rubens (SEMADES) disse que foi feito um mapeamento hidrotérmico na região e em seguida apresentou o histórico da criação do município de Paranã, abordando os seguintes aspectos:

### **Criação**

Vila - Ciclo do ouro : 1740 a 1770

Cidade de São João da Palma – 5 de outubro de 1857

Fundador: Joaquim Teotônio Segurado

Cidade de Paranã – 5 de outubro de 1957

### **Características sociais e econômicas**

Localização: confluência dos rios Palma e Paranã

Área total: 11.260,15Km<sup>2</sup>

Principal atividade Econômica: criação de gado

População 2010: 10.338 habitantes (4.720 urbana; 5.618 rural)

IDH – M: 0,630 (2000) posição: 101 (dentre os 139 municípios)

ICMS 2012 – R\$ 7.223.335,34

O Sr. Erminio disse que a informação acerca da mudança do nome de Palmas para Paranã não está correta, que deve ter ocorrido por volta dos anos 1940. Sérgio (Paringa Resouce) disse também que tem uma descrição da história da região e que irá enviar para os técnicos da SEMADES.

Em seguida a professora Maria Roseli apresentou um livro da autora Cleusa Souza Benevides Bezerra, de 2005, editado pela Gráfica Pollo, que conta o histórico de Paranã, e informou que o nome do município foi modificado de Palma para Paranã em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto nº 8305/43.

O Sr. Rubens (SEMADES) prosseguiu a apresentação falando sobre as questões ambientais que atingem o município e as unidades de conservação que já existem em território municipal, sendo elas a APA de Peixe/Angical e a APA do Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis, que juntas correspondem a 4,8% da área do município. O Sr. Sérgio (Paringa Resouce) questionou se já existem parâmetros sobre os usos da zona de amortecimento da área da UC proposta e o Sr. Rubens (SEMADES) esclareceu que o plano de manejo definirá o que pode ser feito na zona de amortecimento, ressaltando que a elaboração do plano de manejo tem um custo alto para o estado, mas que espera que isso seja feito o mais breve possível, após a criação da UC.

O Sr. Rubens falou sobre o ICMS que o município recebeu em 2012, no valor de R\$ 7.223.355,34 e esclareceu que os valores recebidos em função do ICMS Ecológico, foram de R\$ 221.900,95, sendo que desse montante, R\$ 3.678,52 é o valor referente às unidades de conservação inseridas no município.

Rubens prosseguiu falando sobre os aspectos ecológicos que estão sendo levados em conta para a criação da UC, sendo o divisor de águas Serra das Caldas e Serra das Traíras, a presença dos afluentes dos Rios Paranã e Tocantins, as águas termais do Rio Ventura, o cerrado rupestre com mais de 1000 metros de altitude e a vegetação caracterizada como mata seca. Em seguida apresentou o mapa da área proposta e a situação dos lotes inseridos dentro da área, totalizando 56 lotes, sendo 15 deles sem registro do proprietário junto ao Instituto de Terras do Estado do Tocantins, o já extinto ITERTINS. A abrangência da área foi apresentada com seus respectivos itens, revelando que a atividade predominante no entorno da área é a pecuária e agricultura familiar.

O Sr. Rubens (SEMADES) falou sobre o que dispõe a Lei N° 1.560 de 2005, em seu artigo 15°, sobre a categoria proposta para a região, parque estadual, sobre o que é permitido e cujo objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, promoção de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. Falou ainda que as áreas são de posse e domínio públicos, e as áreas particulares incluídas em seus limites deverão ser desapropriadas, e que a visitação pública estará sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade ou no regulamento dado pelo órgão responsável por sua administração.

Em seguida, o Sr. Rubens (SEMADES) pontuou os conflitos de interesse que atingem a região, sendo a mineração o maior deles, e que a maior parte da área é requerida junto ao DNPM para a extração de ferro, manganês, chumbo, ouro, calcário e cobre. Pontuou também sobre dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), do ano de 2012, que aponta os investimentos para a área no Tocantins, uma fatia de US\$ 96.960,06, que representa cerca de 0,13% do investimento nacional. O Sr. Sérgio (Paringa Resouce) questionou esses dados, e disse que somente sua empresa investiu cerca de US\$ 3.500.000,00 em pesquisa na região.

O Sr. Rubens (SEMADES) ressaltou que são esses os dados oficiais disponíveis e sugeriu que o Sr. Sérgio atualizasse os dados de seu investimento junto ao IBRAM. Em seguida apresentou as obras previstas e realizadas na região pelo governo do Estado e ressaltou sobre a negociação ambiental de empreendimentos na região. Esclareceu também sobre as manifestações de apoio de institutos e organizações

internacionais para a criação de UC na região. Ao término da apresentação pontuou quais serão os próximos passos desse processo e as possíveis datas de realização de cada ação, sendo eles:

1. Finalização dos estudos complementares e discussão da proposta de limites com *stakeholders* (interessados/afetados) - junho e julho/2013;
2. Realização de levantamento fundiário: junho e julho/2013;
3. Agendamento e realização da Consulta Pública - previsão para a segunda quinzena de agosto, 2013;
4. Finalização da Proposta Técnica, com acréscimo das sugestões apresentadas na Consulta Pública – previsão para setembro, 2013;
5. Juntada dos demais documentos relacionados e encaminhamento para Casa Civil - previsão para setembro, 2013,
6. Assinatura e publicação do ato de criação (previsão dependerá da Casa Civil).

O Sr. Rubens informou que o levantamento fundiário será realizado com todos os moradores locais, inclusive posseiros que moram na região, e que o formulário para tal levantamento é padrão e que a consultoria que realizará o estudo contará com a ajuda dos técnicos da ADAPEC.

O Sr. Sérgio relatou que em conversa com representantes da Prefeitura de Paranã obteve informação de que haveria uma proposta para a mudança do local do parque e perguntou se isso era possível, se pode ser alterada para outra região no município. O Sr. Rubens disse que não tem nada que impeça e que esse é o momento de discussão. O Sr. Sérgio perguntou se a área pode ser dividida em duas partes, sendo esclarecido pelo Sr. Rubens que a proposta deve ser apresentada para a SEMADES com tempo para a avaliação. Enfatizou ainda que, pode haver alternativas, e que o setor minerário é o de maior conflito, e que seus representantes podem se reunir com o DNPM e elaborar uma proposta do setor minerário para a área no município.

O Sr. Ermínio ressaltou a importância de maior participação no processo e o Sr. Sérgio mencionou a falta da participação da prefeitura e da câmara municipal nessa reunião. A professora Maria Roseli, apontou a importância da participação do município nessas discussões para o desenvolvimento de Paranã, que precisa se desenvolver.

#### **Encaminhamentos:**

- ✓ Realização de novas reuniões com os empresários do setor minerário, juntamente com o DNPM, conforme sejam demandadas à SEMADES;
- ✓ Solicitação da participação efetiva dos gestores municipais no processo.

**FOTOS** – Reunião realizada em 19/06/2013



## AJUDA MEMÓRIA

### REUNIÃO NO POVOADO DO MOCAMBO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PARANÃ

**Data:** 21 de junho de 2013.

**Horário:** 09h40min

**Local:** Escola Estadual Floresta II, Povoado do Mocambo, Zona rural de Paranã, TO.

**Pauta:** Proposta de Criação de Unidade de Conservação.

A técnica Bruna Almeida fez a apresentação da equipe dando boas vindas aos presentes e informando a finalidade da reunião, de apresentar aos grupos interessados o resultado do processo de estudos para criação de uma Unidade de Conservação (UC) no município de Paranã. Em seguida explicou como seria a dinâmica da reunião, onde primeiramente seria realizada a apresentação dos resultados e em seguida seria aberto o espaço para os questionamentos e sugestões.

Bruna deu início à apresentação falando sobre como as áreas escolhidas como prioritárias foram definidas pelo Governo Federal e que através do zoneamento ecológico-econômico o Governo Estadual as priorizou, realizou os estudos específicos que foram levados ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), que aprovou essas áreas como prioritárias para conservação, sendo elas: Interflúvio Tocantins-Paraná, Serra da Cangalha no município de Campos Lindos e Vale do Rio Palmeiras, nos municípios de Ponte Alta do Bom Jesus e Novo Jardim.

Informou também que foi criado um grupo de trabalho para estudos de criação de UCs, composto pelas instituições SEMADES, Naturatins e SEPLAN, e que esse grupo é o responsável pela coordenação dos estudos e execução dos trabalhos em campo. Esclareceu sobre a definição de UCs conforme as leis federal e estadual, que estabelecem normas e critérios para a criação e gestão de tais áreas protegidas. Pontuou sobre as categorias de cada grupo, de proteção integral e de uso sustentável. Em seguida, apresentou a área proposta para a UC Parque Estadual Águas de Paranã, com uma área de 111.261,4 hectares, o que corresponde a aproximadamente 9% da área total do município. Seguiu com a apresentação argumentando sobre a importância do Interflúvio Tocantins – Paranã para a conservação dos recursos naturais, com base nos seguintes critérios:

- ✓ Importância ecológica do sistema hídrico, composto pelo divisor de águas das microbacias dos rios Paranã e Tocantins e a única ocorrência de Cerrado rupestre (acima de 1.000m de altitude) no Estado;
- ✓ Alto grau de ameaça pela exploração e extinção do último remanescente de mata seca (floresta semidecídua e decídua) no Tocantins (perda de serviços ambientais, como exemplo, a alteração do regime pluviométrico, numa região anualmente atingida por secas intensas);

- ✓ Incremento da economia local por meio da arrecadação do ICMS Ecológico e do desenvolvimento turístico.
- ✓ Oportunidade para proteção do sistema hídrico (rio Paranã e seus afluentes) e a manutenção do potencial de abastecimento do município (Rio Palma).
- ✓ Presença de espécies que já foram consideradas como restritas à Caatinga, uma vez que a presença desses elementos torna o cerrado da região bastante particular em relação a outras áreas do Tocantins onde estas espécies estão ausentes;
- ✓ O sistema do rio Paranã tido como um dos principais habitats para aves aquáticas no norte de Goiás e sul do Tocantins.

Prossiguiu apresentando o histórico da criação do município de Paranã abordando os seguintes aspectos:

#### **Criação**

Vila - Ciclo do ouro: 1740 a 1770

Cidade de São João da Palma – 5 de outubro de 1857

Fundador: Joaquim Teotônio Segurado

Cidade de Paranã – 5 de outubro de 1957

#### **Características sociais e econômicas**

Localização: confluência dos rios Palma e Paranã

Área total: 11.260,15Km<sup>2</sup>

Principal atividade Econômica: criação de gado

População 2010: 10.338 habitantes (4.720 urbana; 5.618 rural)

IDH – M:0 630 (2000) posição: 101 (dentre os 139 municípios)

ICMS 2012 – R\$ 7.223.335,34

Bruna apresentou as principais questões ambientais que atingem o município e informou sobre as UCs que já existem em território municipal, sendo elas a APA de Peixe/Angical e a APA do Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis, que juntas correspondem a 4,8% da área do município. O valor do ICMS ecológico simulado apresentado gerou questionamentos sobre o que o município deixará de arrecadar com a criação do parque, e que poderá ser muito mais do que os R\$68.686,08 /ano.

Bruna deu continuidade falando sobre os aspectos ecológicos que estão sendo levados em conta para a criação da UC, sendo especialmente o divisor de águas Serra das Caldas e Serra das Traíras, a presença dos afluentes dos Rios Paranã e Tocantins, as águas termais no Rio Ventura, o Cerrado Rupestre e os remanescentes de Mata Seca presentes na região. Em seguida, apresentou o mapa da área proposta e a situação dos lotes inseridos dentro da área, totalizando 56 lotes, sendo 15 deles sem registro de propriedade. A abrangência da área foi apresentada com seus respectivos itens, revelando que a atividade que predomina no entorno da área é a pecuária e

agricultura familiar. Bruna falou sobre o que dispõe a Lei N° 1.560 de 2005, em seu artigo 15°, sobre a categoria proposta para a região, parque, sobre o que é permitido e cujo objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, promoção de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. Falou ainda que as áreas são de posse e domínio públicos, e as áreas particulares incluídas em seus limites deverão ser desapropriadas, e que a visitação pública estará sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade ou no regulamento dado pelo órgão responsável por sua administração.

Alguns questionamentos e reclamações foram apresentados nesse momento, quando o Sr Arlindo expôs que a desapropriação é uma atitude unilateral por parte do Estado, e ressaltou a importância dessas reuniões na comunidade, agradecendo pela oportunidade de discussão.

O Sr Eugênio, representante da Amarillo Mineração, perguntou se é possível uma mudança de categoria, e Bruna respondeu que o conteúdo apresentado trata-se de uma proposta e que o momento para discussões é agora.

O Sr Mariano Pereira reclamou da falta de interesse do Estado em levar educação, saúde, estrada e energia para o povoado, e que é contra a desapropriação, porque desde que foi criada uma unidade de conservação no Estado de Goiás, eles não tem acesso sequer à estrada, sendo apoiado pelo Sr Erminio que ressaltou que será desumana essa desapropriação com os moradores dessa região.

A Sra. Luiza lembrou que o Povoado do Mocambo é a região mais produtiva do município e que a falta de estradas de acesso dificultam o escoamento da produção para outros lugares.

O Sr Mariano Pereira voltou a questionar sobre as benfeitorias que a região dele recebe e que são provenientes do Estado de Goiás, e que nada recebe do município de Paranã ou do Estado do Tocantins.

Em seguida, a técnica Bruna pontuou sobre os conflitos de interesse que atingem a região, sendo a mineração o maior deles, e que a maior parte da área é requerida junto ao DNPM para a extração de ferro, manganês, chumbo, ouro, calcário e cobre. Pontuou também sobre dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), do ano de 2012, que apontam os investimentos para a área no Tocantins, uma fatia de US\$ 96.960,06 , cerca de 0,13% do investimento nacional.

A técnica apresentou as obras previstas e realizadas na região pelo governo do Estado e ressaltou sobre a negociação ambiental de empreendimentos na região,

ressaltando que o município precisa estar bem preparado para cobrar as medidas compensatórias das atividades que venham a trazer impacto significativo à região.

Continuando, a técnica Bruna esclareceu também sobre as manifestações de apoio de institutos e organizações internacionais para a criação de UC na região. Ao final da apresentação, pontuou quais serão os próximos passos a serem realizados pela secretaria e as possíveis datas de cada ação, sendo eles:

1. Finalização dos estudos complementares e discussão da proposta de limites com os interessados/afetados - junho e julho/2013;
2. Realização de levantamento fundiário: junho e julho/2013;
3. Agendamento e realização da Consulta Pública - previsão para a segunda quinzena de agosto, 2013;
4. Finalização da Proposta Técnica, com acréscimo das sugestões apresentadas na Consulta Pública – previsão para setembro, 2013;
5. Juntada dos demais documentos relacionados e encaminhamento para Casa Civil - previsão para setembro, 2013,
6. Assinatura e publicação do ato de criação.

O Sr Herminio ressaltou que a falta de documentação de muitos moradores da área será prejudicial, pois muitos moram ali há muitos anos e não possuem registro de suas terras, que não serão desapropriados e muitos deles não terão condições de ir para qualquer outro lugar, pois residem lá há muito tempo e solicitou a retirada da área do entorno do Mocambo da área proposta para o Parque.

E finalizada a apresentação, o mapa da área proposta foi aberto sobre a mesa para que todos pudessem ver e argumentar. Depois de alguns minutos todos retornaram para a sala para os encaminhamentos, onde cada um falou seu nome e a sua sugestão acerca da criação da unidade de conservação.

#### **Discussões/Questionamentos/Encaminhamentos:**

- 1 O Sr Sérgio Fonseca propôs que a SEMADES identifique outra área para a criação do parque e que a mesma não abranja o Povoado do Mocambo, alegando que neste povoado se encontram as melhores terras, as mais produtivas e com muitas pessoas morando e que são as áreas mais significativas para a mineração no Estado do Tocantins, pontuou que não cabe a esse grupo indicar outra área, porque da mesma forma que não quer que indiquem suas propriedades para compor o Parque e que isso cabe à Secretaria, sendo apoiado pelos senhores Herminio e Eugênio.

- 2 O Sr. Rone Batista perguntou se o levantamento do impacto social na região foi realizado.
- 3 O Sr. Eugênio (Amarillo Mineração) perguntou quem fará a proposta para a mudança da área, sendo respondido pela técnica Bruna que os interessados pela mudança deverão fazê-la e apresentar à SEMADES.
- 4 O Sr. Mariano Pereira disse que não quer o parque nas Fazenda Buriti e Fazenda Bom Senso, alegando que não tem condições de ir morar na cidade e que viveu a vida inteira na área.
- 5 O casal Constâncio e Luiza pediu para que as regiões da Fartura, Buracão e o Povoado do Mocambo não façam parte do parque, porque ele, com 83 anos, nasceu e viveu ali a vida inteira, inclusive seu pai, e que sobrevive da pequena roça e da criação de umas poucas cabeças de gado, e que os mesmos não terão para onde ir.
- 6 O Sr. Hermínio ressaltou que essa reunião está acontecendo um pouco tarde na região, mas acha que mesmo assim a comunidade tem condições de elaborar uma proposta para encaminhar à SEMADES.
- 7 O Sr. Sérgio Fonseca argumentou que o Estado não tem tempo suficiente para fazer estudos em outra região, quando a técnica Bruna (SEMADES) esclareceu que os estudos complementares terão que ser finalizados, seja para a criação ou não da UC, e se uma nova área for proposta onde não existam estudos, o trabalho termina.
- 8 Os moradores reclamaram que o tempo para a apresentação das propostas é muito curto.
- 9 O Sr. Pedro Joaquim Batista, da Fazenda Fonte Alta, que se localiza às margens do Rio Custódio, solicitou que sua propriedade seja excluída da área do parque, pois tem 60 anos, nasceu e criou seus filhos lá, e que tem bons vizinhos e querem permanecer todos juntos.
- 10 O Sr. José Pereira dos Santos propôs excluir toda a área do Povoado do Mocambo e seu entorno dos limites do parque.
- 11 O Sr. Genivaldo Dias Araújo, nascido e criado na região, expressou o desejo de viver o resto da vida na região, e lembrou que hoje já tem energia, posto de saúde, escola, uma estrada e que não pretende sair da região.
- 12 O Sr. Milton Gomes defendeu todos os proprietários de terra da região do Mocambo, Custódio, Fartura, garimpo Buracão e Traíra acima, até a cabeceira

do Custódio, para que suas propriedades sejam retiradas da área proposta para o Parque.

- 13 O Sr. José Batista Araújo, natural da região disse que não tem condições de sair da região para morar em outro lugar e solicitou a retirada da região do entorno do Mocambo dos limites propostos para o Parque. O mesmo foi dito pelo Sr. Venâncio, de 77 anos. Já o Sr. Valério Sousa Vieira disse que, quando chegou ao Tocantins, não tinha estrada e que hoje não tem intenção de sair da região.
- 14 O Sr. Rone Batista disse que o sonho dos moradores da região é que venham as melhorias e que hoje já tem energia e estrada, ruim, mas tem, e a esperança é melhorar as condições e qualidade de vida do povoado, e que por isso não gostaria que houvesse a desapropriação para que essas pessoas não precisassem se mudar.
- 15 O Sr. Eugenio sugeriu que o levantamento fundiário fosse realizado antes da consulta pública, com o local de moradia de cada proprietário, para que os proprietários saibam exatamente onde estão localizados dentro da área proposta.
- 16 A Sra. Abigail Gomes Batista Mendonça disse que nasceu na região e defendeu a retirada da região da área proposta para o Parque, e disse ainda que falava em nome do seu pai, o Sr. Camilo Joaquim Batista, da Fazenda Boa Esperança.
- 17 A Sra. Anerci Araújo disse que nasceu e cresceu no Povoado do Mocambo, e hoje, com 49 anos, não gostaria de se mudar da região e que tem muito amor por essa terra. Sugeriu que o parque seja criado em outra área, na região da Larga do Januario, onde não há ninguém morando.
- 18 A Sra. Iracilda Batista Araújo, de 49 anos, nascida e criada no Povoado do Mocambo, disse que ama muito a sua terra natal e não pretende se mudar. Vive do que retira da terra e não tem outros recursos para viver, espera que o Parque aconteça, mas que deixe a sua região livre. Espera o apoio de todos para defender a região e disse ter gostado muito da reunião.
- 19 O Sr. Francisco Caldeira da Silva, da Fazenda Vitamina, que tem 55 anos e mora na divisa dos estados do Tocantins e Goiás, solicitou a retirada do Povoado do Mocambo dos limites do Parque, porque gosta do lugar e considera a permanência importante para a sobrevivência dos moradores.
- 20 . O Sr. Jesiel, representante de Delvanir Gianello, nascido e criado na região, é contra a criação do parque porque ele vive do emprego de ajudante de fazenda, e se houver desapropriação, ele vai perder o emprego.

- 21 O Sr. Isaías Bispo de Jesus, da Fazenda Ribeirãozinho, não é a favor da criação do Parque porque acredita que a nova situação irá dificultar a vida das pessoas, que vivem do que produzem, das pequenas roças e um pouco de gado e viver fora da área rural será difícil.
- 22 O Sr. Leônidas Soares de Souza, da Fazenda Taboquinha, tem 24 anos, vive na região, sobrevive da terra e não quer sair do lugar. É a favor do parque, mas em outra região.
- 23 O Sr. Joel Bispo Araújo, de 53 anos, mora na região e não quer que o parque seja implantado no Mocambo.
- 24 O Sr. Eurípedes Gomes, da fazenda Ouro Mil, às margens do Rio Custódio, não é contra a criação do parque, mas sugere que ele não fique na região, pois a terra é muito produtiva.
- 25 O Sr. Juracir Barbosa Rodrigues, de 33 anos, que mora na região, é contra a criação do parque porque as pessoas vivem do que produzem na região e a terra é muito produtiva.
- 26 A Sra. Julia Domience Araújo Veras não apoia a criação do Parque na região do Mocambo e em seu entorno, porque a família inteira vive ali há muitos anos, a região é produtiva, com muitas roças de toco *do lado de cá* da cachoeira do Catoá, cuja nascente localiza-se na cabeceira do Rio Traíra, na Fazenda Boa Esperança.
- 27 A Sra. Larisse Rosa dos Santos Silva pede para os governantes prestarem atenção e atenderem aos pedidos da comunidade, porque essas pessoas vivem na região há muitos anos, todos são trabalhadores rurais, não tem condições de se mudarem para a cidade para desenvolver as atividades que desenvolvem na zona rural.
- 28 O Sr. Cleudemir Batista Araújo, nascido e criado na região, disse que não tem condição de morar em outro local, se não na roça, ele é agricultor e vive do que planta.
- 29 O Sr. Ananias Ferreira da Silva, da Fazenda Boa Esperança, solicitou que se retire a região do Mocambo porque a família dele vive da agricultura e não tem condição de morar na cidade.

Após a anotação de todas as sugestões, dúvidas e encaminhamentos por volta das 12h30min, uma proposta feita e assinada pela comunidade foi entregue à equipe técnica da SEMADES e a reunião foi encerrada.

FOTOS – Reunião realizada em 21/06/2013

